



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Trabalho e expressões da questão social

DIALÉTICA DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA DEPENDENTE: conservadorismo, divisão sociosexual e racial do trabalho doméstico feminino remunerado

ANA CRISTINA OLIVEIRA DE OLIVEIRA ¹
ANNA CLARA COUTINHO DA SILVA ²

RESUMO

O texto, fruto de um projeto de pesquisa em andamento e tese de doutorado, tem como objetivo refletir os eixos centrais da atual configuração do capitalismo, especialmente a inserção capitalista dependente do Brasil na economia mundial, relacionando-a com a manifestação recente do avanço da superexploração da força de trabalho, pós pandemia Covid 19 (Sars-Cov 2), na divisão sociosexual e racial do trabalho doméstico feminino com reflexos do conservadorismo reacionário. Pretende realizar uma crítica conceitual contribuindo com a produção do conhecimento sobre o trabalho precarizado, conservadorismo, dependência e a produção teórica do Serviço Social.

Palavras-chave: Capitalismo dependente; Trabalho precário; trabalho doméstico feminino; e conservadorismo reacionário.

RESUMEN

El texto, resultado de un proyecto de investigación en curso y tesis doctoral, pretende reflejar los ejes centrales de la actual configuración del capitalismo, en especial la inserción capitalista dependiente de Brasil en la economía mundial, relacionándolo con la reciente manifestación del avance de la sobreexplotación de la fuerza de trabajo, tras la pandemia del Covid 19 (Sars-Cov 2), en la división sociosexual y racial del trabajo doméstico femenino con reflejos de conservadurismo reaccionario. Pretende realizar una crítica conceptual que contribuya a la producción de conocimiento sobre el trabajo precario, el conservadurismo, la dependencia y la producción teórica del Trabajo Social

Palabras llave: Capitalismo dependiente; trabajo precario; trabajo doméstico femenino; y el

1 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Fluminense

2 Estudante de Graduação. Universidade Federal Fluminense

conservadorismo reaccionario.

1. INTRODUÇÃO

Não consigo dormir.
Tenho um homem atravessado entre minhas pálpebras.
Se pudesse, diria a ele que fosse embora
...mas tenho um homem atravessado na garganta.
Eduardo Galeano (adaptado)

Em primeiro lugar, importa assinalar que, no debate do capitalismo dependente, tanto o entendimento do trabalho e formação econômico-social brasileira, como o da questão social e questão sociosexual e racial do trabalho não são unívocos.

Neste contexto avassalador de barbárie social e de ultraneoliberalismo de direita, este texto tem como objetivo refletir os eixos centrais da atual configuração do capitalismo, especialmente a inserção capitalista dependente do Brasil na economia mundial, relacionando-a com a manifestação recente do avanço da superexploração da força de trabalho pós pandemia Covid 19 (Sars-Cov 2) na divisão sociosexual e racial do trabalho doméstico feminino com reflexos do conservadorismo reacionário pós 2019. O texto é fruto do Grupo de Estudos “Trabalho, Questão Social e Serviço Social: expressões do conservadorismo na formação social brasileira”, do projeto de pesquisa “Dialética do desenvolvimento capitalista dependente no Brasil: conservadorismo, divisão sociosexual e racial do trabalho doméstico feminino” vinculados à graduação e pós-graduação do curso de Serviço Social.

A proposta de estudo, em fase inicial, tem característica de pesquisa teórico/documental do trabalho precarizado, trabalho doméstico feminino e conservadorismo como acirramento da questão social na interlocução entre raça, gênero e classe a partir da tradição marxista, sobretudo sobre os impactos da pandemia do vírus COVID-19 em relação à divisão sociosexual e racial do trabalho no cenário brasileiro problematizando os efeitos da epidemia do COVID-19 no mercado de trabalho brasileiro, dando ênfase às mulheres negras e ao trabalho feminino doméstico assalariado.

Para a produção do conhecimento na área do Serviço Social, esta será mais uma oportunidade de aprofundar os debates acerca do campo de seus fundamentos no que se

refere à produção de trabalho e questão social. A intenção é contribuir, a partir de reflexões ainda parciais, com o processo de formação dos discentes bem como fomentar entre os mesmos maior interesse acerca da temática, propiciando a riqueza teórico-metodológica interdisciplinar.

A escolha do recorte temporal pós 2019 deve-se ao fato de ser na realidade brasileira, a necessidade da investigação das novas fases desta reestruturação produtiva e seus impactos no trabalho precarizado, intermitente e remoto após as contrarreformas do trabalho e a pandemia do COVID 19.

Nesta análise, o texto atentará para o estudo das alterações no trabalho precarizado doméstico feminino e a ascensão do conservadorismo reacionário articulado à dinâmica da divisão sociosexual e racial do trabalho no capitalismo dependente contemporâneo. Neste sentido, visa contribuir com os projetos político-pedagógicos desenvolvidos nas universidades federais, além de fomentar uma reflexão crítica sobre trabalho e questão social.

A dialética do capitalismo dependente e o trabalho doméstico feminino remunerado: ênfase no conservadorismo e na questão sociosexual e racial do trabalho

Na atualidade, o trabalho precarizado e o conservadorismo, apesar de não serem identificados como dimensões centrais da vida social, têm galvanizado parte do discurso e ideário burguês na multiplicação e renovação da visibilidade dos sujeitos políticos por parte dos setores ultraconservadores.

O eixo central que articula nossa reflexão são as problematizações que avançam na apreensão das determinações da formação social brasileira, em perspectiva latino-americana, com ênfase na discussão conservadorismo e questão sociosexual e racial do trabalho como parte das relações sociais que constituem o Estado dependente tendo como eixos de pesquisa: o trabalho precarizado contemporâneo; particularidades da formação social brasileira (e latino-americana); o conservadorismo; e a questão sociosexual e racial do trabalho.

O trabalho precarizado, e especial o trabalho doméstico feminino remunerado, na

atualidade tem fundamento nas condições de exploração da força de trabalho, na realidade latino-americana calcada na *sobreapropriação repartida do excedente* ou na *superexploração da força de trabalho*. Isto, engendrado no processo da mercantilização da nossa força de trabalho e a inserção do nosso país na divisão internacional do trabalho. Dessa forma, destacamos as linhas de continuidade e de ruptura no processo de hegemonização do trabalho livre no Brasil, onde as formas transitórias de exploração da força de trabalho compõem a passagem do Brasil colonial ao capitalismo dependente com as contribuições do pensamento social brasileiro, como o pensamento florestaniano, as obras de Clóvis Moura e a Teoria Marxista da Dependência (TMD), além da obra em Marx e Engels. Conforme Antunes (2011, p. 18-19) nos aponta a

[...] Crise sanitária do trabalho existentes em nossa sociedade colonial desenvolveram-se entre os séculos XVI e XIX. Inicialmente, foi utilizado o trabalho indígena por meio do sistema conhecido como encomendas, uma espécie de concessão pessoal na qual o colono se comprometia a garantir a subsistência dos indígenas, apropriando-se do seu trabalho. Em especial nas colônias sob domínio espanhol, era comum a exploração do trabalho indígena, um modo de escravidão voltado à extração de metais preciosos (ouro e prata). Além disso, também no mundo colonial difundiu-se o *trabalho escravo africano*, resultado de um intenso tráfico humano da África para a América Latina, sob o controle das burguesias comerciais europeias em constituição que viviam de vários tipos de comércio, inclusive o humano. (...) um traço particular na constituição da classe trabalhadora em nosso continente, muito diferente dos países de capitalismo central e hegemônico.

A contemporaneidade assume novos contornos com o teletrabalho como podemos observar pelo Chefe da Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro do trabalho, Ney Artur Gonçalves Canani, no documento da OIT “Futuro do Trabalho no Brasil: Perspectivas e diálogos tripartites”, do ano de 2018.

Porém os novos empregos tendem a ser muito diferentes do que aqueles com que estamos acostumados. Nesse sentido, a atualização da legislação trabalhista, ao adequar o arcabouço jurídico do trabalho às novas realidades da economia no século XXI, deve ser vista como parte da agenda do futuro do trabalho. O futuro do trabalho exige modelos de contratação flexíveis o suficiente para se ajustarem às mudanças na realidade do mercado. O aumento crescente do teletrabalho, por exemplo, que pode trazer inúmeros benefícios para o trabalhador, não deve cobrar um preço em termos de formalização e proteção social. O trabalho intermitente, aquele que oscila muito em função da natureza de certas atividades, tampouco deve se dar à margem do mercado formal. Formas atípicas de emprego não devem ser, em suma, sinônimo de precarização (OIT, 2018, p.13).

O aumento exponencial do desemprego no país com uma abundante massa de sobrantes de trabalhadores/as e as análises do futuro do trabalho no Brasil e da nova massa superexplorada da era dos serviços digitais: na terceirização ilimitada, no trabalho precarizado, intermitente, remoto e escravizado na era do novo proletariado de serviços da era digital impulsiona para uma pesquisa de caráter qualitativo e quantitativo do avanço da

“agenda ultraneoliberal que disputam econômica, social e politicamente, com entusiasmo religioso neopentecostal, o horizonte de liquidar qualquer resquício de Estado democrático” (OLIVEIRA e SOARES, 2020, p. 112).

Com a pandemia, o patronato intensifica os contratos intermitentes chegando a criar 20,5 mil vagas, empurrando a massa trabalhadora para jornadas intensas sem limites de horário subjugado ao pagamento abaixo dos níveis necessários para sobrevivência. A explosão do setor de serviços, nos últimos cinquenta anos, à guisa da privatização deste setor, embalado pela geração do lucro, tem sido explorado pelas grandes corporações capitalistas, marcando o mundo informacional digital. O resultado é um novo proletariado de serviços da era digital” amparado pelo avanço destruidor do trabalho digital, on-line e intermitente nos últimos anos. (ANTUNES, 2019, s/p.).

É sob este ângulo, que abordamos o conservadorismo reacionário neste período de crise sanitária em relação às forças burguesas que recrudesceram consideravelmente o conservadorismo contemporâneo vinculado ao positivismo e ao irracionalismo (LUCKÁCS, 2020), evidenciados com: o ultraneoliberalismo, o revisionismo e o negacionismo amparada a uma brutal violência no seu padrão de dominação e a sua hegemonia é garantida pelo autoritarismo e por seus traços fascizantes (OLIVEIRA e SOARES, 2020).

A ressalva para esta evidência está no caldo conservador que revive o pensamento social pautado em concepções irracionistas de vertentes (neo)conservadoras. Este pensamento, como parte do pensamento pós-moderno, avança na profissão com um discurso legitimador de natureza cultural. Isto é, culmina num conjunto de produções que consolida o enfrentamento à pobreza pela construção de “novo” consenso social difundida como prática e ideologia pelos organismos internacionais e absorvidas por parte das corporações da sociedade civil.

Este pensamento conflui na relação direta com a ideia de desenvolvimento (sustentável) para a democratização associada a uma possível nova hegemonia sob a égide dos rosários dos neo” e de um capital “mais humano”, que ascende na guinada do milênio (a partir de 2000). Na construção de uma pedagogia da hegemonia em tempos de “guerra cultural”, no contexto da pobreza e desigualdade social, o discurso é carregado de alternativa ao neoliberalismo (OLIVEIRA, 2012) e avança para a ruptura com os processos democráticos.

Consideramos, portanto, relevante para o pensamento social e a profissão, demarcada pela divisão socio-técnica e política do trabalho, avançar na dimensão ontológica do real que impulsionaram a vanguarda da profissão que derivou a constituição do projeto ético-político profissional. Avaliamos que este é um campo relevante para a projeção de pesquisas, reflexões e análises de modo a fortalecer a perspectiva crítico-ontológica do pensamento

social brasileiro e latino-americano e conseqüentemente no projeto ético-político profissional que tem na tradição marxista seu eixo estruturante.

Com isto, verbalizamos, que uma análise da formação socioeconômica, no contexto atual da pandemia do novo coronavírus, impõe o aprofundamento das contradições destrutivas do capitalismo em sua crise estrutural.

Como podemos constatar a exemplo do aumento do preço de alguns alimentos da cesta básica das classes trabalhadoras brasileiras, os laços da dependência têm sido agravados com o aprofundamento da cisão das necessidades das massas com a esfera produtiva. Essa é uma característica particular do ciclo do capital no capitalismo dependente que tanto a TMD como Florestan Fernandes trazem, a partir de diferenciadas análises, como intrínsecas à passagem da situação colonial para o capitalismo dependente com a não resolução da questão nacional, da questão democrática e da questão étnico-racial. (OLIVEIRA e SOARES, 2020, p.107).

Em abril de 2021 o IBGE divulga os resultados os resultados da PNAD Contínua referentes ao trimestre encerrado em fevereiro de 2021. Como apontam os dados a taxa de desemprego bateu recorde na série histórica (iniciada em 2012), atingindo 14,4%. Assim, a população desocupada cresceu em 400 mil pessoas no último trimestre, já abrangendo 14,4 milhões de brasileiros.

A tendência de desaceleração da retomada do emprego logo se manifestou conforme atestam os resultados do trimestre encerrado em fevereiro. Após crescer 4,5% no último trimestre de 2020, a população ocupada ficou praticamente estagnada na última divulgação (0,4%), com crescimento de 320 mil vagas. Na comparação com fevereiro de 2020, o Brasil ainda acumula um déficit de 7,8 milhões de ocupações. Tomando a pior fase da crise da Covid-19 como referência, apenas 35% dos postos de trabalho perdidos foram recuperados até o momento. A taxa de subutilização da força de trabalho (medida que engloba desocupados, força de trabalho potencial e subocupados) voltou a crescer, ficando em 29,2%. Esse resultado se deve ao crescimento do desemprego, mas também da subocupação, que aumentou em 180 mil pessoas. A população desalentada cresceu em 230 mil pessoas no trimestre, indicando que a insuficiência de vagas é um dos principais fatores para a desaceleração do retorno da população ao mercado de trabalho (IBGE, 2021)

Já o primeiro trimestre de 2022 (IBGE, 2022) o retrato dos rendimentos e horas trabalhadas os rendimentos habituais reais médios apresentaram uma queda de 8,7% em comparação com o mesmo trimestre de 2021, sendo o quarto trimestre consecutivo de queda interanual na renda. A leitura é de que

[...] quando os rendimentos habituais apresentaram um crescimento acelerado, a

renda habitual encontra-se abaixo dos níveis observados antes da pandemia. A renda média habitual real de R\$ 2.548 do primeiro trimestre de 2022 é, porém, superior ao valor do quarto trimestre de 2021 (que foi o menor valor registrado na série histórica da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) (IPEA, 2022, p. 2).

O resultado revela, ainda, que por grupos demográficos, as maiores quedas na renda na comparação com o mesmo período do ano passado foram registradas no Sudeste e Sul, entre os trabalhadores mais velhos e com ensino superior. Em relação aos trabalhadores do Norte, mais jovens e com ensino fundamental, é o grupo demográfico que foram os únicos a apresentarem pequenos aumentos na renda efetiva no primeiro trimestre de 2022. Nenhum grupo demográfico apresentou aumento da renda habitual.

No contexto dos efeitos da pandemia, a relativa queda dos rendimentos habituais médios parte da população ocupada abrandou o impacto negativo na massa salarial real habitual. No 2 Carta de Conjuntura | 55 | Nota 25 | 2º trimestre de 2022 primeiro trimestre de 2022, a massa habitual foi 0,2% maior comparado com 2021 apresentando um crescimento de 2,9% da massa efetiva. Outro elemento significativo relacionado aos efeitos da pandemia foi o aumento da proporção de domicílios sem renda do trabalho que ampliou de 22,3% no primeiro trimestre de 2020 para 28,5% no segundo. Contudo, o primeiro trimestre de 2022 revelou novo aumento dos domicílios sem renda do trabalho, alcançando 23,3%. Neste primeiro trimestre de 2022, houve novamente um recuo da desigualdade em comparação ao trimestre anterior, tendo atingido 0,51 para a renda domiciliar do trabalho e 0,481 para a renda individual.

Apesar deste aparente recuo da desigualdade o número de desalentados no segundo trimestre de 2022 foi de 4,3 milhões de pessoas com uma taxa de informalidade de 40% da população ocupada e rendimento médio real mensal habitual foi de R\$ 2.652, mantendo estabilidade frente ao primeiro tri de 2022 (R\$ 2.625) e caindo 5,1% ante o mesmo trimestre de 2021 (R\$ 2.794).

O maior número estava na Bahia (612 mil desalentados). O percentual de desalentados (frente à população na força de trabalho ou desalentada) no segundo tri de 2022 foi de 3,8%. Maranhão (14,8%) e Alagoas (13,7%) tinham os maiores percentuais e Santa Catarina (0,4%) e Mato Grosso (1,2%), os menores. (IBGE, 2022). Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/34641-pnad-continua-trimestral-desocupacao-cai-em-22-das-27-ufs-no-segundo-trimestre-de-2022>. Acesso em: 20 de agosto de 2022.

Vemos que neste quadro de desigualdade social acirrada o capitalismo dependente permanece subordinando seu desenvolvimento aos dinamismos das nações capitalistas

avançadas elementos estruturantes nos processos de modernização burguesa neste contexto de contrarrevolução preventiva e prolongada.

Na América Latina o capitalismo se desenvolve, portanto, articulado ao contexto da expansão e evolução do capitalismo mundial de países centrais, configurando tipos específicos de capitalismo dependente (OLIVEIRA, A. C.; SOUZA, G.; SOARES, M, 2019).

Desta forma, a partir do pós-guerra de 1945, devido ao grande desenvolvimento das forças produtivas que a guerra permite concentrar na economia estadunidense – o que faz culminar o processo de monopolização, centralização e concentração da produção por parte das empresas multinacionais -, verifica-se nos países latino-americanos uma série de transformações substanciais. Tais transformações reorientam o sentido da industrialização dos países nos quais esta já havia começado, e iniciam e orientam a industrialização em vários países que até então não tinham desencadeado este processo. (BAMBIRRA, 2013, p. 33).

Assim, remetemos à análise da Teoria Marxista da Dependência para estudar as formas particulares de produção e reprodução capitalista no *capitalismo sui generis* (MARINI, 2005 [1973]), pois entendemos que a formação do capitalismo dependente só pode ser compreendida em função da acumulação de capital em escala mundial. “Tais transformações reorientam o sentido da industrialização dos países nos quais esta já havia começado, e iniciam e orientam a industrialização em vários países que até então não tinham desencadeado este processo” (BAMBIRRA, 2013, p. 33). De acordo com as ponderações de Marini reafirmamos considerando que os

[...] desvios nascem de uma dificuldade real: frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresenta peculiaridades, que às vezes se apresentam como insuficiências e outras – nem sempre distinguíveis facilmente das primeiras – como deformações. Não é acidental portanto a recorrência nos estudos sobre a América Latina a noção de “pré-capitalismo”. O que deveria ser dito é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional (MARINI, 2005 [1973], p.138).

Nesta forma analítica, a dependência se apresenta na relação de subordinação e é combinada com a sua perpetuação tendo em vista a reformulação constante das relações sociais de produção.

O ponto de partida para maturar as dimensões do trabalho precarizado, trabalho doméstico feminino e conservadorismo no desenvolvimento capitalista é a questão da apreensão do método. Iniciamos através da compreensão de que o modo de produção no capitalismo dependente é essencialmente articulado à dinâmica que assume historicamente o capitalismo nos países centrais. O contexto é o de expansão e evolução do capitalismo mundial pelas mãos do capitalismo estrangeiro, particularmente estadunidense pós-guerra

de 1945. Partimos da conceitualização da categoria de *dependência* tratada como um fenômeno externo e coercitivo da situação latino-americana. O sentido da utilização histórico-estrutural que elucida a relação existente entre situação de dependência e estrutura dependente pelo processo de integração monopólica que se estende para a América Latina sob dois tipos estruturantes:

1) Estruturas diversificadas, nas quais ainda predomina o setor primário-exportador, já existindo, porém, um processo de industrialização em expansão. 2) Estruturas primário-exportadoras, cujo setor secundário ainda estava composto quase exclusivamente por indústrias artesanais. Em todo caso, o processo de industrialização será o produto da integração monopólica mundial" (BAMBIRRA, 2013, p. 55).

É com esta perspectiva que pretendemos contribuir a partir da análise dos contornos trágicos e desumanos dos últimos anos que o capitalismo tem assumido com as contrarreformas trabalhista e previdenciária, a intensificação progressiva da exploração do trabalho com milhares de desempregados/as e desalentos/as em condições aviltantes e cada vez mais precárias. O sobretrabalho assume a frente no cenário brasileiro atual, sob um governo negacionista e reacionário no enfrentamento à pandemia.

Neste lastro, os dados anunciados pelo levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), que aponta os primeiros impactos da pandemia no mercado de trabalho até maio de 2020, revelando que 26,3 milhões de brasileiros/as declararam não ter trabalhado nem procurado trabalho, mas que gostariam de estar trabalhando. Entre eles/as, 18,5 milhões afirmaram estar nessa situação por causa da pandemia. (DIEESE, 2020).

Dá para dizer que ela (a contrarreforma trabalhista) escravizou. Na escravidão, o senhor de escravo comprava o escravo, na terceirização ele aluga. A contra Reforma Trabalhista do Temer [veio] para quebrar a espinha dorsal da CLT. A prevalência do negociado sobre o legislado. A ideia de flexibilidade da jornada e do salário. A piora das condições de salubridade. Até coisas perversas, como as trabalhadoras e os trabalhadores têm que comprar seus uniformes. O transporte antes era uma obrigação das empresas, não é mais (ANTUNES, 2019, s/p).

O modelo colonial escravista e a dominação imperialista (MOURA, 1983) vem sendo descortinada pelas milhares de morte de trabalhadoras e trabalhadores negras/os, nesta pandemia, como também o extermínio dos povos originários. Ao passo que fundamentam elementos ideológicos racistas confirmando o/a negro/a à condição de exército industrial de reserva configurando as nossas burguesias antinacionais, racistas e antissociais. Sob a perspectiva societária, o patriarcado como um sistema histórico de dominação-exploração das mulheres pelos homens ([SAFFIOTI, 2004](#)) expressa desdobramentos na

divisão sociosexual e racial do trabalho pela desigualdade salarial, de ocupações no trabalho. Haja visto que o aprofundamento do conservadorismo e suas expressões contemporâneas reacionárias, ao se inserirem no marco da crise capitalista e da luta de classe, atinge alarmantes níveis de superexploração da força de trabalho.

O trabalho doméstico feminino remunerado não é um fenômeno novo e muito menos restrito à realidade brasileira, mas distingue sob as particularidades como estrutura do modo de produção capitalista dependente. O que significa dizer que as reflexões apontam para ao tratarmos da divisão sociosexual do trabalho nas particularidades analisaremos como parte integrante das formações sociais dos estados modernos.

Quando tratamos da divisão sociosexual do trabalho – sem racializar as relações sociais – estamos fragmentando a análise, homogeneizando as mulheres e colocando-as nas mesmas condições. Isto significa que entre as próprias mulheres também ocorre uma hierarquização da distribuição dos poderes e dos acessos. (NOGUEIRA e PASSOS, 2020, p. 1).

Para Hirata (2010), no que diz respeito ao trabalho feminino, é a perspectiva internacional sob as contradições que envolvem o trabalho das mulheres na era da acumulação flexível. Quando tratamos da divisão sociosexual do trabalho – sem racializar as relações sociais – estamos tratando a análise de forma fragmentada ao colocar sob as mesmas condições de vida e trabalho que os homens. Isto significa que entre as próprias mulheres também ocorre uma hierarquização da distribuição dos poderes e dos acessos. (NOGUEIRA e PASSOS, 2020).

O outro aspecto remete as implicações sobre as mulheres negras pela articulação entre racismo e o sexismo. Ao denunciar a naturalização da subalternização das mulheres negras pela servidão presente no mundo do trabalho e nas relações sociais familiares as autoras Nogueira e Passos (2020 e 2018) vincula a servidão aos processos sociais racializados destinados às mulheres negras. Destacam, portanto, que as relações sociais no Brasil fundamentam na exploração e desigualdade de classe e nas opressões de gênero e raça/etnia (Idem, 2018).

Partimos da ideia de que a divisão sociosexual e racial estrutura as esferas produtivas e reprodutivas (duas dimensões fundamentais do ser social) sendo, em grande medida, determinante para a situação desigual entre os indivíduos já que subalternizou as mulheres em todo o processo histórico. (NOGUEIRA e PASSOS, 2020, p. 2)

Interessa, portanto, reunir contribuições, numa perspectiva de totalidade, que permitam refletir criticamente a partir do recorte empírico e aportes diversos relacionados à

divisão sociosexual e racial do trabalho e a superexploração do trabalho incentivado pelo pleito das mulheres por um projeto anticapitalista, antipatriarcal e antirracista frente à investida conservadora atingindo o conjunto dos direitos da classe trabalhadora

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Creemos que tal estudo tende a contribuir de diferentes maneiras. A contribuição central está no avanço teórico-metodológico acerca das mudanças no mundo do trabalho dando sequência a um conjunto de estudos que vem sendo desenvolvidos a partir da teoria social crítica em Marx. Além disso, o estudo se propõe a contribuir para o desvelamento dos reais processos sociais aos quais o Serviço Social se insere.

Partimos do materialismo histórico dialético como o método de análise para a análise da sociedade burguesa tomando como premissa a realidade como uma totalidade concreta na contradição histórica com modalidades diferentes de complexidade e com múltiplas determinações.

Conforme Netto (2011), no materialismo histórico dialético a teoria é uma modalidade especial de conhecimento do objeto que busca estudar a estrutura dinâmica de sua existência real efetiva, independente das representações do pesquisador. Por isso Lukács (1978) afirma que a essência das categorias no método materialista histórico dialético corresponde ao reflexo da realidade. E para se tornarem lógica o materialismo histórico dialético se confirma na práxis humana. Neste sentido, partimos da perspectiva que a luta de classes, de gênero e antirracista expressa graus de consciência e organização política diante da sociedade burguesa, seus limites e contradições.

No processo de estudos, nossa análise está embasada pela dialética materialista histórica enquanto uma concepção de mundo, destacando a tendência desse método para análises para além das aparências a partir do pensamento social de Florestan Fernandes, Ruy Mauro Marini e Vania Bambirra, Lukács, Clóvis Moura, Safioti, Kergoat. Ressaltamos como central, dessa forma, através do método dialético, as categorias de totalidade e mediação, como centrais no esforço reflexivo, afirmando a preocupação em realizarmos um movimento de apreensão da realidade.

A análise, portanto, pretende contribuir para o processo de discussão nacional que

ocorre desde as novas fases da reestruturação produtiva e seus impactos no trabalho precarizado, flexibilizado e intermitente. Com isto, vislumbra fornecer insumos para o aprofundamento da reflexão sobre as iniciativas dos organismos internacionais e legalistas brasileira.

Nesta esteira, analisar a atual configuração do capitalismo dependente no Brasil relacionando com o trabalho precário doméstico feminino remunerado no contexto da pandemia Covid 19 (Sars-Cov 2) com reflexos do conservadorismo reacionário pós 2019, significa em primeira instância, recuperar o debate da centralidade da *dependência* na América Latina, enquanto categoria que explica o real movimento do capital no continente ao longo dos processos históricos que revelam o inerente desenvolvimento desigual característico do capitalismo dependente articulado às questões étnico-raciais.

E de forma transversal e dialogada, investigar a precariedade do trabalho doméstico feminino no contexto pandêmico da Covid 19 (Sars – Cov 2) diante das determinações da crise do sistema produtivo e suas interfaces à reprodução social e o conservadorismo reacionário. E por fim, atentar para a análise do trabalho precarizado doméstico feminino contemporânea; o conservadorismo reacionário na atualidade quanti-qualitativamente de crítica conceitual a partir da pesquisa bibliográfica e documental dos órgãos e instâncias de pesquisa, à exemplo o DIEESE, IBGE/PNAD, IPEA, OIT e OXFAM.

Concluimos que algumas premissas têm orientado a análise crítica que consideramos relevante para as reflexões à saber: 1. O panorama contemporâneo da luta de classes diante dos desafios imponentes aponta para um apassivamento da classe trabalhadora e recuo em sua consciência de classe. 2. O apassivamento expressa uma profunda fragmentação e derrota política dos trabalhadores. 3) A história do desenvolvimento do capitalismo dependente mostra na atualidade uma passagem da criminalização para a militarização da questão social. 4) O aniquilamento do conjunto dos direitos, em destaque os direitos sociais, sexuais e reprodutivos, aponta ainda sua face reacionária e autoritária na tentativa de controlar o pensamento crítico. 5) O aprofundamento do conservadorismo e suas expressões contemporâneas reacionárias, ao se inserirem no marco da crise capitalista e da luta de classe, atinge alarmantes níveis de superexploração da força de trabalho. 6) O trabalho doméstico feminino não é um fenômeno novo e muito menos restrito à realidade brasileira, mas distingue de forma desigual a estrutura do modo de produção capitalista dependente.

Diante disto, entendemos que todas as ações voltadas para o planejamento, gestão e atuação na questão do trabalho precarizado doméstico feminino remunerado devem

incorporar a população como protagonista. Assim, partilhamos que o ponto de partida do método é tomar por base conceitos referentes aos direitos sociais, raciais, sexuais e reprodutivos no capitalismo dependente, superexploração do trabalho doméstico feminino utilizando como referência Marx (2008), Lucács, estudo Lei do valor e Lei Geral do Capital e irracionalismo, utilizando neste debate autores contemporâneos enfoques críticos com relação ao capitalismo dependente e superexploração do trabalho por Marini (2005 [1973]); Bambirra (2013) e em relação ao trabalho precarizado, e divisão sociosexual do trabalho a partir Antunes (2011, 2018, 2019, entre outros); Safiotti (2004) e Kergoat (s/d); sobre o exercício do método a partir de Marx (2008); Tonet (2013) e Netto (1996; 2006 [2001]; 2011).

No mundo, o trabalho doméstico feminino remunerado apesar de ter sido uma oportunidade de trabalho para muitas, revelam uma herança servil como marca atribuída de forma longa na história da constituição do capitalismo dependente. Desvelar o caráter de servil e subalterno que particulariza o contexto de escravidão é o que pretende avançar este estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. Capitalismo e dependência. Para (e sobre) Florestan Fernandes. *In: O continente do labor*. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão [recurso eletrônico]: o novo proletariado de serviços na era digital**. Mundo do trabalho. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho precário, intermitente, é a antessala do desemprego. Sociólogo analisa o futuro do trabalho no Brasil e a nova massa superexplorada da era dos serviços digitais. **Brasil de Fato**. Marcos Hermanson. São Paulo, 29 de Abril de 2019. Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2019/04/29/trabalho-precario-intermitente-e-a-antessala-do-desemprego-diz-ricardo-antunes>. Acesso em: 02 de set. de 2020.

BAMBIRRA, Vânia. **Capitalismo dependente latino-americano**. Coleção Pátria Grande – Biblioteca do Pensamento Crítico Latino-Americano. Tradução Fernando Correa Prado e Marina Machado Gouvêa. 2ª edição. Florianópolis: Insular/IELA, 2013.

DIEESE. **Boletim emprego em pauta DIEESE** (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. n. 15, jul. 2020. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2020/boletimEmpregoEmPauta15.html>. Acesso em: 15 set. 2020.

HIRATA, H. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 6, n.11, p.01-07, jul./dez. 2010.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Notas técnicas Versão 1.8, 2021**. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101733_notas_tecnicas.pdf. Acesso em 01 de maio de 2021.

IBGE. PNAD Contínua Trimestral: desocupação cai em 22 das 27 UFs no segundo trimestre de 2022. **Agenda IBGE notícias**. Editoria: [Estatísticas Sociais](#). 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/34641-pnad-continua-trimestral-desocupacao-cai-em-22-das-27-ufs-no-segundo-trimestre-de-2022>. Acesso em 20.08.2022.

IPEA. MERCADO DE TRABALHO Retrato dos rendimentos e horas trabalhadas – resultados da PNAD Contínua do primeiro trimestre de 2022. **Carta de conjuntura** Sandro Sacchet de Carvalho Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea sandro.sacchet@ipea.gov.br Divulgado em 10 de junho de 2022. NÚMERO 55 — NOTA DE CONJUNTURA 25 — 2 ° TRIMESTRE DE 2022. IPEA, 2022, p.1-16. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/220610_cc_54_nota_25_rendimentos_e_horas_trabalhadas.pdf. Acesso em: 12 de agosto de 2022.

KERGOAT, D. **A relação social de sexo: da reprodução das relações sociais à sua subversão** (s.d) (mimeo).

LUKÁCS, Georg. **Introdução a uma estética marxista**. 2. ed. Tradução Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LUKÁCS, Georg. **A Destruição da Razão**. Tradução de Bernard Herman Hess, Rainer Patriota, Ronaldo Vielmi Fortes; revisão de Ester Vaisman, Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. Roberta Traspadini e João Pedro Stedile (org.). São Paulo: Expressão Popular, 2005 [1973]. p.137-180.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política** – Vol. 1, Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MOURA, C. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. **Revista Afro-Ásia**, n. 14, p. 124-137, Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas: São Paulo. 1983.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Serviço Social e Sociedade**, n 50. S. Paulo: Cortez, 1996.

NETTO. Cinco notas a propósito da "questão social" [apêndice]. In: NETTO, J. P. (Ed.). **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Editora Cortez, 2006 [2001].

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PASSOS, R.G.; NOGUEIRA, C.M. O fenômeno da terceirização e a divisão sociosexual e racial do trabalho. **Revista Katalysis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 484-503, set./dez.2018.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei e PASSOS, Rachel Gouveia. A divisão sociosexual e racial do trabalho no cenário de epidemia do COVID-19: considerações a partir de Heleieth Saffioti. **Caderno C R H**, Salvador, v. 33, 2020, p. 1-9.

OLIVEIRA, Ana Cristina Oliveira de. **Crítica à “nova” sociabilidade do capital na América Latina: por um “capital mais humano”**. 2012. 611 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) –Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

OLIVEIRA, Ana Cristina O. de e SOARES, Marcela. Superexploração da força de trabalho e o trabalho na pandemia. In: SOUSA, Adrianyce A.S. de; OLIVEIRA, Ana Cristina. O. de.; SILVA, Letícia. B. Da; SOARES, M. (Orgs.). **Trabalho e os limites do capitalismo: novas facetas do neoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 105-131.

[OLIVEIRA, Ana Cristina. C. O.](#); SOUZA, Gisele; SOARES, Marcela. Capitalismo dependente brasileiro: retrocessos sociais e avanço do conservadorismo reacionário em tempos de crise do capital. In: Adriana Ramos et all. (Org.). **Desenvolvimento, formação social brasileira e políticas públicas: subsídios analíticos para o Serviço Social**. 2ed.Uberlândia: Navegando Publicações, 2019, v. 1, p. 11-24.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Futuro do Trabalho no Brasil: Perspectivas e Diálogos Tripartites**, 2018. ISBN: 978-92-2-830943-0 (web pdf).

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

TONET, Ivo. **Método Científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

,